

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA

COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO

Flávia Cavalcanti G. Kaveski Renata Lourenço Suzana Arakaki Viviane Scalon Fachin

> AMAMBAI-MS Outubro - 2009

- Aprovado pela Deliberação CE-CEPE Nº 165, de 21 de outubro de 2009.
- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS Nº 922, de 22 de fevereiro de 2010.
- Corrigido pela CI/SAP/PROE/UEMS Nº 39, de 6 de novembro de 2013.
- Corrigido pela CI/SAP/PROE/UEMS Nº 02, de 11 de fevereiro de 2015. Obs.Implantado a partir de 2010.

SUMÁRIO

	Comissão de Reformulação do Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em	_
2.	Identificação do curso	3
	2.1. Nome do Curso	3
	2.2. Título Conferido	3 3 3
	2.3. Nível	
	2.4. Turno	3 3 3 3 3 3
	2.5. Local de Oferta	3
	2.6. Número de Vagas	3
	2.7. Regime de Oferta	3
	2.8. Período de Integralização	3
	2.9 Carga Horária total	3
3.	Legislações	3
	3.1 Legislações básicas	3
	3.2 Atos Legais da Instituição	4
	3.3 Atos Legais a todos os Cursos de Graduação da UEMS	4
	3.4 Fundamentos Legais e Documentos Institucionais do Curso de História	4
4.	Histórico	5 5
	4.1 Histórico da UEMS	5
	4.2 Histórico da Unidade Universitária de Amambaí	5
	4.3 Histórico do Curso de Licenciatura em História da Unidade	
	Universitária de Amambaí	6
5.	A reformulação do projeto pedagógico do curso de licenciatura em História	6
	Justificativa	6
	Objetivos	7
•	7.1 Objetivos Gerais do Curso	7
	7.2 Objetivos Específicos	7
9	B. Infra-estrutura	7
	8.1 Laboratório de Ensino de História	7
•	8.2 Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais	8
g	Perfil profissional	8
٦.	10. Competências gerais e habilidades específicas	8
	11. Teoria e Prática	9
	12. Avaliação	10
	12.1 Avaliação do ensino e aprendizagem	10
	12.1 Avaliação do Projeto Pedagógico	10
		11
	12.3 Auto Avaliação do Curso de Licenciatura em História	11
	13. Integração entre Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa14. Matriz Curricular do Curso	
		11
	14.1 Disciplinas de formação específica	11
	14.2 Disciplinas de formação complementar	12
	14.3 Conteúdos curriculares definidos para educação básica	12
	14.4 Prática como componente curricular	12
	14.5 Estágio curricular supervisionado obrigatório	13
	14.6 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	13
	14.7 Disciplinas complementares	14
	14.8 Atividades complementares	13
	14.9 Trabalho de conclusão de curso	14
	14.10 Seriação das disciplinas	15
	14.11 Resumo geral da matriz curricular	16
	14.12 Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História	16
	15. Prazos para implantação	17
	16. Matriz curricular das disciplinas e Equivalência	17
	17. Objetivos, ementas e bibliografias	18

1. Comissão de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História

A Comissão de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História foi indicada pelo Colegiado do Curso licenciatura em História em março de 2008 e instituída por meio da Portaria Nº 031 de 24 de junho de 2008, expedida pela Reitoria, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul – DO/ MS 7240 de 26 de junho de 2008, sob a presidência da professora Suzana Arakaki, e composta pelos demais docentes Flávia Cavalcanti Gonçalves Kaveski. Renata Lourenço e Viviane Scalon Fachin

2. Identificação do curso

2.1 Nome do Curso

Curso de Licenciatura em História

2.2 Título Conferido

Licenciado em História

2.3 Nível

Graduação Plena

2.4 Turno de Funcionamento

Noturno

2.5 Local de Oferta

Unidade Universitária de Amambai

2.6 Número de Vagas

40 (quarenta)

2.7. Regime de Oferta

Presencial

2.8 Período de Integralização

Prazo mínimo para integralização: 4 anos Seriação estabelecida pela UEMS: 4 anos Prazo máximo para integralização: 7 anos

2.9 Carga Horária Total: 2.584 h/a

2.897 h/r

3. Legislações

3.1. Legislações Básicas

- Parecer CNE/CES nº 067/2003, que institui o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais DCN dos Cursos de Graduação.
- Parecer CNE/CP nº 28/2001, que "Dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 21/2001, estabelecendo a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena.
- Parecer CNE/CP n° 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, graduação plena.
- Parecer CNE/CP n° 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da educação básica, em nível superior.
- Portaria MEC nº 4.059/2004, que autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos.
- Parecer CNE/CP n° 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução nº 001/ 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei nº 11.465/2008 que altera Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

3.2 Atos Legais da Instituição

- Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989 Art. 48 das Disposições Transitórias Cria a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados.
- Lei Estadual n.º 1.461, de 20 de dezembro de 1993 Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Decreto Estadual n.º 7.585, de 22 de dezembro de 1993 Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Deliberação n.º 4.787, de 20 de agosto de 1997 Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Deliberação CEE/MS n.º 6.602, de 20 de junho de 2002 Prorroga o ato de Credenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS, concedida através da Deliberação CEE/MS n.º 4787/97, até o ano de 2003.
- Deliberação CEE/MS n.º 7.447, de 29 de janeiro de 2004 Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS, sediada em Dourados-MS, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 2004, até o final de 2008.
- Deliberação CEE/MS n. 8955, de 16 de dezembro de 2008 Prorroga o ato de Recredenciamento da Universidade estadual de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de três anos, a partir de 01/01/2009 a 31/12/2011.
- Decreto n.º 9.337, de 14 de janeiro de 1999 Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Resolução COUNI-UEMS n.º 227 de 29 de novembro de 2002 Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. *Alterada pela Resolução COUNI-UEMS nº 352, de 15 de dezembro de 2008.*

3.3. Atos Legais Inerentes a todos os Cursos de Graduação da UEMS

- Resolução CEPE-UEMS n.º 357, de 25 de março de 2003. Aprova a sistemática de elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.
- Resolução CE/CEPE-UEMS nº 0498, de 14 de abril de 2005 Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado para os Cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Resolução CEPE/UEMS n. 867, de 19 de dezembro de 2008. Aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da UEMS.

3.4. Fundamentos Legais e Documentos Institucionais Referentes ao Curso de História

- Parecer CNE/CES nº 492/2001 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- Parecer CNE/CES nº 1.363/2001 Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- Resolução CNE/CES nº 013/2002 Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História.
- Resolução CEPE-UEMS nº 328, de 19 de dezembro de 2002 Autoriza a criação do curso de licenciatura em História da UEMS e aprova o Projeto pedagógico.

- Resolução CEPE-UEMS nº 340, de 25 de março de 2003, homologa a Resolução nº 328, de 19 de dezembro de 2002, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, baixada "ad referendum".
- Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 095, de 4 de abril de 2005 Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de licenciatura em História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Deliberação CEE/MS nº 7.896, de 08 de novembro de 2005 Reconhece o Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS, sediada em Dourados, oferecido na Unidade Universitária de Amambai (MS).
- Resolução CEPE/UEMS n. 504, de 14 de abril de 2005 Homologa a Deliberação CE/CEPE UEMS n. 095, de 4 de abril de 2005 Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

4. Histórico

4.1. Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, com sede na cidade de Dourados foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada pela Constituição Estadual de 1989, conforme o disposto em seu artigo 48 - Das Disposições Transitórias. É uma Fundação com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com a Lei Estadual n. 2.583, de 23 de dezembro de 2002, alterada pela Lei n. 3.485, de 21 de dezembro de 2007 e com o Decreto Estadual nº 10.511, de 8 de outubro de 2001. Rege-se por seu Estatuto oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de1993, e do Parecer Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994. Mais tarde, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. Por meio da Deliberação CEE/MS nº 7.447, de 29 de janeiro de 2004, o CEE/MS deliberou pelo recredenciamento da UEMS até dezembro de 16 de dezembro de 2008. Deliberação CEE/MS. 8955, de 16 de dezembro de 2008 – Prorroga o ato de Recredenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de três anos, a partir de 01/01/2009 a 31/12/2011.

Em 1993, foi instituída uma Comissão para Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o intuito de elaborar uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado.

Com essa finalidade, a UEMS foi implantada, na sede em Dourados e em 14 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para a consolidação do "fazer universitário". Essas Unidades foram distribuídas nos seguintes Municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A Resolução CEPE-UEMS n°040, de 24 de maio de 1996, estabeleceu a extinção da Unidade de Ensino de Três Lagoas a partir de agosto daquele ano, uma vez que o único curso ofertado – Direito – passou a ter demanda atendida pela Universidade Federal de mato Grosso do Sul (UFMS) e ambas funcionavam no mesmo local. Em 2001, por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001, foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande com a finalidade de atender à demanda do curso de graduação Normal Superior.

4.2. Histórico da Unidade Universitária de Amambai

A Unidade Universitária de Amambai, localizada na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, atende não só alunos da cidade, mas também dos municípios de Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru.

Foi instalada no ano de 1994 e ofertou, nos anos de 1994 a 1999, os cursos de Letras, Ciências com Habilitação em Matemática e Matemática, além do Normal Superior e Normal Superior Indígena. Formou 323 professores nessas áreas, cujos profissionais vêm atuando na rede de educação básica em vários municípios do Estado.

A Unidade Universitária ofereceu também Curso de Especialização de Fundamentos da Educação em 2007-2008.

4.3. Histórico do Curso de Licenciatura em História da Unidade Universitária de Amambai

O Curso de licenciatura em História foi criado através da Resolução CEPE-UEMS nº 328, de 19 de dezembro de 2002, homologado pela Resolução CEPE-UEMS nº 340, de 25 de março de 2003, implantado na Unidade Universitária de Amambai-MS no ano de 2003. Ingressaram no Curso de licenciatura em História 280 alunos e desde então já se formaram três turmas, cujos alunos vêm sendo sistematicamente aprovados com destaque em concursos públicos e vêm atuando nas redes municipal e estadual de ensino não somente em Amambai, como também em cidades vizinhas. Nossos alunos têm se destacado tanto na docência da rede de educação básica, como na pós-graduação. Temos duas alunas aprovadas em cursos de mestrado em História, na Universidade de Campinas – UNICAMP e na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, oriundas da primeira, segunda e terceira turma respectivamente. Ressalte-se que da terceira turma, quatro alunos foram aprovados no programa de mestrado da UFGD, em 2008.

Desde 2005, com a gradativa efetivação por concurso público, os docentes vêm desenvolvendo diversos projetos de pesquisa, extensão e ensino, envolvendo alunos, criando oportunidade de contato direto com os três eixos de formação universitária. Muitos deles participaram do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UEMS e PIBIC/CNPq, com bolsas de estudo, bem como Bolsas de Programa de Extensão. Atualmente a maioria dos docentes desenvolve pesquisa, e quatro alunos possuem bolsa PIBIC, sendo três do CNPq.

Os Projetos de Ensino foram previstos no Projeto Pedagógico, na forma de Atividades Complementares. Desde 2005, cerca de doze projetos foram propostos e executados.

A facilidade com que nossos alunos vêm se colocando na área de ensino de História e áreas afins, nas localidades citadas, confirma a demanda por profissionais com essa qualificação. A pesquisa feita quando da implantação do curso, em 2003, era de apenas oito professores habilitados. Após três turmas formadas, ainda persiste a carência de professores dessa área.

5. A Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História

Os trabalhos de reformulação do projeto pedagógico tiveram inicio no ano de 2007, após o processo de Reconhecimento do curso de Licenciatura em História, que ocorreu no ano de 2005. A Comissão Avaliadora do Conselho Estadual de Educação/MS, formada pelos professores historiadores, Paulo Roberto Cimo Queiroz, Neimar Machado de Souza e a técnica designada pelo Conselho Estadual de Educação Alda Maria Lopes recomendou a implantação de laboratórios específicos, voltados para a pesquisa em estudos regionais e o ensino de História e, entendeu também, que o Projeto Pedagógico deveria ser reformulado.

A recomendação da Comissão de Reconhecimento do Curso foi de reformulação da estrutura curricular, ementas e bibliografias das disciplinas. Todavia, em face das novas exigências quanto à obrigatoriedade de inclusão de disciplinas, bem como quanto ao limite de carga horária total do curso, optou-se pela implantação de algumas e de extinção de outras visando, todavia, reforçar a vocação do curso voltada prioritariamente para o ensino de História.

6. Justificativa

A necessidade de reformular o Projeto Pedagógico não deriva apenas da análise da comissão avaliadora para fins de reconhecimento do Curso, pois a idéia inicial de reformulação teve origem com a gradativa implantação do Curso de Licenciatura em História. Ao tempo em que os docentes foram efetivados por concurso público, no processo de execução e estudo do Projeto Pedagógico as inadequações quanto às ementas e bibliografias eram sinalizadas. Apontou-se também a possibilidade de extinção de algumas disciplinas, bem como da criação de outras, de maior relevância às necessidades do curso.

A inserção de novas disciplinas fundamenta-se a partir da necessidade de conhecimento da realidade regional e nacional. Por outro lado, por força da Lei 10.639/2003 e posteriormente da Lei 11.665/2007, as disciplinas de História da África e Cultura Afro-Brasileira e História Indígena tornaram-se obrigatórias. Acrescente-se, ainda, outras disciplinas obrigatórias, destinadas ao atendimento da Educação Básica, como Fundamentos e Metodologia da Língua Brasileira de Sinais - Libras e Práticas de Educação Especial e disciplinas que tiveram suas cargas horárias aumentadas ou reduzidas de acordo com as necessidades e possibilidades do curso.

Buscou-se, também, ativar os laboratórios que existem na Unidade Universitária de Ensino. Após a aprovação dessa medida, pelo Colegiado do Curso, os laboratórios foram instalados, apenas sendo formalizados no presente Projeto Pedagógico: Laboratório de Ensino de História e Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais, ambos instalados em salas especificas.

Os Laboratórios auxiliarão os alunos e egressos do Curso de licenciatura em História no aprofundamento das metodologias de ensino bem como de estudos e pesquisas em História Regional, subsidiando tanto o trabalho docente quanto pesquisas cujos temas estejam relacionados aos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, considerando o período tido como Estado uno. Ressalte-se que ambos os Laboratórios foram recomendados pela Comissão de Avaliação para fins de reconhecimento do Curso, em 2005.

7. Objetivos

7.1. Objetivos Gerais do Curso

- Formar professores na área de História, com conhecimentos específicos que os tornem capazes de posicionarem-se criticamente com relação aos problemas de seu tempo, conscientes das especificidades culturais dos grupos e sociedades que compõem a civilização, desde seus primórdios, assim como incentivar e desenvolver pesquisas voltadas, prioritariamente, para a docência.
- Capacitar o profissional na utilização dos métodos, técnicas e correntes historiográficas, para a produção e apropriação do discurso histórico-científico.
- Orientar o profissional de ensino de História a atuar no sentido de difundir uma formação cultural, científica e filosófica que vise à transformação dos alunos em cidadãos éticos e socialmente participativos.

7.2. Objetivos Específicos

- Viabilizar o preparo do aluno, priorizando o conhecimento específico da área e a análise crítica dos diversos momentos históricos, tendo em vista o comprometimento com o ensino da História nos anos finais do ensino Fundamental e também do ensino Médio.
- Incentivar a pesquisa como fundamento da docência.
- Promover atividades de extensão que contribuam para os debates e integração entre a instituição e a comunidade externa.
- Buscar a constante atualização de conhecimentos, estimulando a produção científica e o desenvolvimento do pensamento reflexivo.

8. Infraestrutura

O curso de licenciatura em História, instalado na Unidade Universitária de Amambai, dispõe de 10 (dez) salas de aulas, com capacidade para acolher 400 alunos, biblioteca, espaço para a Coordenadoria, sala coletiva de professores, secretaria acadêmica, sala da gerência,

secretaria da gerência, salas de atendimento ao aluno, Laboratório de Ensino de História, sala de Informática, Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais, anfiteatro, instalações sanitárias para professores e alunos, rampas de acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais, quadra de esportes, pátio gramado e arborizado.

8.1 Laboratório de Ensino de História

A presença de diferentes paradigmas historiográficos suscita discussões cuja tônica provoca mudanças no ensino de História. Essas mudanças requerem um aporte teórico prático inovador. O Laboratório de Ensino de História visa instrumentalizar os alunos com sugestões de diferentes metodologias e conteúdos, possibilitando outras práticas em sala de aula, além de proporcionar a elaboração de materiais diversos como maquetes, jogos, mapas, charges, história em quadrinhos. Está instalado em sala própria, equipada com instalações hidráulicas, ventiladores, tela de projeção, filmes históricos, arquivos, armários, prateleiras, mesas, cadeiras e carteiras, além de equipamentos audiovisuais. O atendimento aos alunos é feito por alunos bolsistas e os materiais existentes são disponibilizados para empréstimos.

8.2 Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais

A implantação do Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais visa fortalecer o Curso de Licenciatura em História, fornecendo subsídios para os estudos e pesquisas sobre diversas problemáticas, com ênfase nos temas regionais. É utilizado por docentes, discentes e técnicos da Instituição e aberto à comunidade, principalmente para alunos dos ensinos fundamental e médio. O Laboratório encontra-se equipado e mobiliado, contando com um acervo bibliográfico de temas regionais. O atendimento está sendo viabilizado por docentes e alunos bolsistas. Também é depositário do acervo de pesquisas de docentes e discentes, bem como de material fonográfico e fotográfico proveniente de estudos e pesquisas realizadas.

9. Perfil profissional

A Resolução CNE/CES nº 492/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História, afirma que o graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Desta forma, o parecer evidencia a importância da prática de pesquisa na formação do graduado, tanto do bacharel como do licenciado. Fundamentado neste pressuposto, o Curso de Licenciatura em História privilegiará a construção do pensamento crítico e reflexivo por parte dos alunos, em relação a natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua investigação, produção e difusão. Em relação ao ensino de História, quanto aos conteúdos ministrados, crítica e difusão de metodologias para as etapas do Ensino Fundamental e Médio, serão utilizadas as técnicas e recursos didático-pedagógicos pertinentes à área

A coordenação e corpo docente do curso terão o compromisso de promover ações que possibilitem ao licenciado em História o reconhecimento de seu papel frente ao processo educativo, consciente de suas limitações, e da necessidade da formação continuada, através de reflexões sobre a sua prática como educador.

10. Competências Gerais e Habilidades Específicas

Pretende-se que o profissional formado no curso de licenciatura em História possa:

- Utilizar e elaborar conceitos, desconstruir preconceitos culturalmente arraigados, e também ser capaz de despertar a consciência de preservação que a humanidade precisa ter perante o homem e a natureza, através da análise anterior à ação, em todas as atitudes tomadas, individual ou coletivamente;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;

• Fazer usos dos recursos das novas tecnologias de informação e de comunicação de forma a diversificar as possibilidades de acesso e apreensão do conhecimento.

O profissional em educação, licenciado em História, deverá contribuir para a promoção de uma educação de qualidade, demonstrando:

- Dominar os conteúdos básicos que são objetos de ensino aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicas que permitem a produção e transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino, de forma a propiciar que seus alunos adquiram uma postura que privilegie a análise cultural e crítica frente aos estímulos da realidade em que vivem;
- Vivenciar e relacionar informações do funcionamento de espaços educativos (relação professor-aluno, organização do espaço de ensino aprendizagem, projetos, materiais pedagógicos) para exercitar a capacidade de enfrentar situações-problemas no cotidiano do trabalho docente;
- Dominar e ampliar conhecimentos teóricos das relações ensino-aprendizagem, conteúdos específicos, interdisciplinares e das novas tecnologias da informação e comunicação;
- Identificar, analisar e elaborar diversos recursos pedagógicos.

11. Teoria e Prática

Em todos os cursos de ensino superior, a teoria e a prática são elementos fundamentais e interdependentes. Estes elementos devem ser mediados pela reflexão que possibilite a atitude da práxis.

Neste curso, a relação entre teoria e prática estará presente na observância do conceito de simetria invertida e nas atividades de prática como componente curricular.

O conceito de simetria invertida está presente no Parecer CNE/CP nº 09/2001, o qual explicita a necessidade da coerência entre o que *se faz na formação do aluno e o que dele se espera como profissional*, pois o futuro professor aprende a profissão em um lugar similar ao seu lócus profissional, mas, numa situação invertida, ou seja, na posição de aluno.

Krahe (2008) argumenta que a situação presente na simetria invertida "[...] mostra que deve haver uma relação de coerência entre o que se faz durante o processo formativo, isto é, na pedagogia universitária, e as expectativas do que o futuro profissional venha a fazer" (p.229).

Percebe-se então uma relação entre o conceito de simetria invertida e a proposta das atividades de prática como componente curricular, apresentada nos marcos legais, tanto nos Pareceres instrutivos para as licenciaturas quanto em todas as Diretrizes Curriculares Nacionais das licenciaturas, evidenciando-se a necessidade de, o futuro professor, vivenciar durante o curso, no interior das áreas ou das disciplinas, atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização referenciados na educação escolar possibilitando, conforme Manrique e Perentelli (op.cit) que "[...] o futuro professor use os conhecimentos que aprender e se aproprie de experiências em diferentes tempos e espaços curriculares.

Nos marcos legais a prática como componente curricular está definida no Parecer CNE/CES nº 15/2005, item 4, p.3:

[...] conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

O Parecer CNE/CP n.º 28, de 02 de outubro de 2001, item 2, explicita que:

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos

executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto às agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos.

Conforme Manrique e Perentelli (op.cit), a prática no interior das áreas ou disciplinas, se caracteriza como:

[...] um espaço de atuação coletiva e integrada dos formadores transcende o estágio e tem como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, destacando o método de observação e reflexão para entender e atuar em situações contextualizadas.

O início e a duração para prática como componente curricular para os cursos de licenciatura está definido no Parecer CNE/CP n.º 28/2001, excetua-se nesta matéria os Cursos de Pedagogia que na ocasião da homologação das DCN estabeleceu carga horária diferenciada do parecer supracitado que rege os demais cursos de licenciatura. A orientação está presente no item 2, do Parecer supracitado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

A prática como componente curricular deve estar assegurada desde o *início do curso*, a instituição formadora deverá supervisionar e avaliar a atividade, e , para garantir o padrão de qualidade.

A prática como componente curricular será assegurada na carga horária de algumas disciplinas, através de atividades propostas que transcendem a sala de aula, possibilitando ao aluno ter contato com o conjunto do ambiente e da própria educação escolar, em atividades que possibilitem o contato com todos os segmentos da escola, bem como os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino e os órgãos de representação profissional.

As atividades de prática de como componente curricular na História poderão ser organizadas:

- através da análise de conteúdos específicos das diversas disciplinas nos livros didáticos de ensino fundamental e médio, quanto à concepção de História, conhecimentos históricos, fontes históricas/documentos, imagens, metodologia de ensino/aprendizagem, competências e habilidades, atividades e exercícios, construção da cidadania, manual do professor, editoração e aspectos visuais;
- análise de filmes e iconografia proposta e apresentada nos materiais didático-pedagógicos disponíveis nas unidades de ensino/escolas;
- produção de materiais didático-pedagógicos diversos como, textos de diferentes tipologias textuais, maquetes, slides, jogos, dentre outros;
 - construção de projetos temáticos;
- estudos, eventos e passeios que possibilitem a articulação entre o curso de História/Unidades de Ensino com os lugares de História e memória do município e/ou da região, como: museus, arquivos, bibliotecas, espaços culturais;
 - pesquisas e estudos de casos;
 - organização de mostras;
 - estudos e divulgação do centro de documentação;
 - simulações, mini-aulas e demais atividades

As atividades de prática como componente curricular deverão ser planejadas, orientadas, avaliadas e supervisionadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas que contêm carga horária destinada a prática, os planos das atividades práticas deverão ser apresentadas ao coordenador e aprovadas no Colegiado do Curso.

12. Avaliação

A avaliação, vista como parte integrante de processo de formação, deverá possibilitar o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias (Resolução CP/CNE nº 1/2002) e destina-se à análise da aprendizagem dos alunos, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de formação profissional, pessoal e intelectual.

A avaliação, tomada pela sua perspectiva de parte integrante do processo de formação do indivíduo, possibilitará diagnosticar, ao longo do curso, lacunas a serem superadas durante o processo de ensino-aprendizagem. Pretende-se avaliar não só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros mecanismos para realizar o que é proposto. Neste sentido, os instrumentos de avaliação só cumprirão sua finalidade se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos adquiridos.

12.1. Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no curso de licenciatura em História, é realizada por meio de instrumentos diversificados com critérios explícitos, compartilhados com os alunos e descritos nos planos de ensino das disciplinas. A avaliação não deve representar um instrumento de propriedade do professor que se aplica ao aluno, mas sim, estímulos à autoavaliação na qual o aluno, após um desafio, é instigado a perceber o progresso conquistado (ANTUNES: 2008, p. 37). Analisa-se o desempenho em atividades específicas, correlacionadas às diferentes disciplinas e pelas produções, observando os mecanismos relacionados com a avaliação da aprendizagem, sistema de promoção, procedimentos operacionais (avaliação optativa e exame final e outros) previstos na legislação interna em vigor.

12.2. Avaliação do Projeto Pedagógico

As avaliações são imprescindíveis para consolidar os princípios da gestão democrática, participativa e autônoma na formação de professores.

A avaliação da aplicabilidade do Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em História deverá ser desenvolvida por mecanismos interno e externo, com a participação da comunidade acadêmica, visando à promoção da qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos.

A primeira avaliação do Projeto Pedagógico foi realizada através de questionário, apresentado aos docentes para se manifestarem através de conceitos Excelente, Bom, Regular ou Ruim, acerca da estrutura curricular, objetivos, ementas das disciplinas, bibliografia sugerida, carga horária total, além de outras questões. Em caso de respostas a partir de Bom, o docente fez sugestões para aprimoramento do Projeto Pedagógico.

12.3 Auto-avaliação do Curso de Licenciatura em História

No intuito de desencadear o processo avaliativo interno, o Colegiado do Curso estabelecerá critérios e apontará os instrumentos necessários a avaliação da atuação do corpo docente e discente, a partir das exigências do Projeto Pedagógico.

A avaliação do corpo docente deverá constar de participação discente e docente, a ser realizada anualmente no início do segundo semestre, cujos critérios abrangerão a atuação docente no ensino, extensão e pesquisa. Os resultados deverão ser analisados e divulgados antes do término do ano letivo e servirão de orientação para ações pedagógicas a serem implementadas no ano letivo seguinte.

13. Integração entre Graduação, Pós-graduação e Pesquisa

A integração entre graduação e pós-graduação deverá ser realizada por meio da Iniciação Científica e a pesquisa dos Trabalhos de conclusão de Curso. Para tanto, deverão

adquirir competências e habilidades que os qualifiquem para este prolongamento após a graduação.

A pesquisa na Iniciação Científica e na realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso são meios que garantem a correlação e complementação entre graduação e pósgraduação. Estes alunos deverão desenvolver projetos de pesquisa em consonância com as áreas de educação e ensino com o objetivo de se aprofundarem nas problemáticas que envolvem a educação básica. O desenvolvimento de todas as etapas da pesquisa e sua sistematização conforme as normas científicas, contribui para a preparação do aluno visando a continuação em nível de pós-graduação.

14. Matriz Curricular do Curso

A Matriz Curricular do Curso consta de disciplinas de formação específica que englobam conteúdos curriculares básicos e disciplinas de formação complementar, reunindo conteúdos curriculares pedagógicos e profissionais de caráter obrigatório, caracterizando o curso de licenciatura em História.

Nessa perspectiva, valorizam-se os conhecimentos teóricos e práticos como espaços de reflexão sobre a atuação profissional, dando significado aos conteúdos das práticas, a partir do conhecimento e análise de situações pedagógicas concretas da escola básica. As atividades práticas que permeiam os conteúdos específicos, complementares e pedagógicos devem ser contextualizadas, pensadas e planejadas coletivamente pelo corpo docente com vistas a abordar as várias dimensões do trabalho do professor num processo de permanente aprendizado. As práticas de estágio devem ser planejadas, executadas e referenciadas em reflexões desenvolvidas na universidade a partir do acompanhamento e estudo das rotinas pedagógicas da escola básica, dentro de uma postura investigativa sobre o trabalho docente, de forma a apreender procedimentos e utilizar instrumentos de pesquisa, interpretar e usar os resultados de pesquisas na sua prática pedagógica.

14.1 Disciplinas de Formação Específica

São disciplinas obrigatórias que visam a formação do conhecimento através de conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa, que permitam a construção do saber, cientificamente acumulado, sob a ótica das diferentes concepções teóricometodológicas que definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais, e que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sóciohistóricas.

Os conteúdos das disciplinas específicas foram selecionados de forma a possibilitar ao aluno o desenvolvimento de habilidades que o torne capaz de conhecer e diferenciar as informações referentes às épocas históricas nas várias tradições civilizatórias e estabelecer sua interrelação.

14.2 Disciplinas de Formação Complementar

De caráter obrigatório, visam o oferecimento de conteúdos que forneçam instrumentação para a formação de profissionais na área da educação. Busca-se uma inserção em áreas correlatas, que possibilitarão uma visualização da História como ciência humana, que consubstanciem os conteúdos específicos no sentido de garantir aos alunos, conhecimentos suficientes para trabalhar nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

14.3. Disciplinas de formação para a Educação Básica

De caráter obrigatório, visam a formação de um conhecimento amplo na área didático-pedagógica, trabalhando com questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem que propicie condições para selecionar, avaliar os conteúdos históricos aplicados, diferenciando metodologias de ensino, quando necessário. O estágio curricular supervisionado deverá oferecer possibilidades para que, além da prática convencional, o graduando perceba como a escola está posicionada em relação ao meio sócio-economico-histórico-cultural.

14.4 Prática como Componente Curricular

A atuação profissional dos futuros professores não pode ser pensada na perspectiva apenas dos componentes curriculares que, apesar de constituírem dimensões primordiais na formação, não são os únicos. A preocupação com a formação profissional e, consequentemente com a ação docente, deverá estar presente em todo itinerário curricular do Curso, inclusive nas diferentes ações pedagógicas de seus professores, desenvolvidas em cada disciplina que compõem a matriz curricular.

Em decorrência deste pressuposto, foi introduzida nos currículos dos Cursos de Licenciatura a atividade denominada Prática como Componente Curricular (PCC), conforme as Resoluções CNE 1/2002 e CNE 2/2002. Segundo estas resoluções, a PCC deve ter a carga horária mínima de 400 horas (equivalente a 480 horas-aulas na UEMS), e necessita ser desenvolvida desde o início do Curso.

A PCC caracteriza-se pelo conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência (Parecer CNE/CES nº 15/2005). Dessa maneira, a PCC é um dos *eixos norteadores do Curso de licenciatura*. No caso específico do Curso de História, Licenciatura, busca-se com a PCC efetivar um processo dinâmico de ação, reflexão e relação entre os conteúdos e práticas pedagógicas adquiridas na universidade, no exercício da docência.

.Os procedimentos adotados para o cumprimento da PCC estão detalhados, conforme descrito a seguir:

- Confecção de modelos, mapas e maquetes;
- Leitura e análise de livros didáticos e possibilidades de implementação de conteúdos;
- Elaboração de jogos didáticos;
- Elaboração de textos e mapas conceituais;
- Análise e interpretação de textos e artigos envolvendo temas atuais da área de História;
- Exibição de filmes científico-educativos, com roteiro estruturado;
- Pesquisa em jornais, revistas e internet de temas históricos e atuais da área de História, baseada em organização didática prévia;
- Elaboração de panfletos educativos;
- Discussão de situação problema envolvendo interesses histórico e socioambientais;
- Práticas em laboratório adaptadas a realidade escolar, com a utilização de materiais alternativos;
- Utilização de softwares didáticos;
- Produção de material didático audiovisual e catálogos informativos;
- Utilização de técnicas de seminário e painel como metodologia de ensino e aprendizagem: da preparação a avaliação;
- Desenvolvimento de projeto de pesquisa de ensino e aprendizagem;

Análise e releitura de pinturas, esculturas, músicas, filmes, dramatização, relacionadas à História e temas afins.

14.5. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O estágio curricular supervisionado como parte constitutiva do projeto pedagógico do curso integra o itinerário formativo dos acadêmicos. O estágio em história visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional nesta área objetivando o desenvolvimento dos acadêmicos para o fazer e ensinar a vida cidadã no mundo do trabalho. Assim sendo vários são os pareceres criados para institucionalizar esta prática curricular.

O Parecer CNE/CES, N.º 15/2005, define o estágio curricular supervisionado de ensino como:

[...] o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é

um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular *supervisionado*.

Conforme as normas em vigor, Lei Nº 11.788/2008, Art. 1°, § 2º. e Parecer CNE/CES N.º 15/2005, o estágio curricular supervisionado de ensino visa:

- o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- Proporcionar a relação teoria e prática social;
- Oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, em unidades escolares do sistema de ensino;
- Verificar e provar a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência;
- Acompanhar alguns aspectos da vida escolar tais como: da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

O estágio curricular em história também cumpre a função de articular o conteúdo específico do curso de história com a formação pedagógica. Assim concebe-se que os estágios curriculares do ensino fundamental e médio devam articular a pesquisa com o ensino para práticas conseqüentes e prazerosas em sala de aula. Também se propõe um movimento contínuo de reflexão sobre os estágios curriculares com os estagiários como campo de pesquisa e fonte de análise e de crítica sobre os processos sociais e escolares.

14.6. Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório

Essa modalidade de estágio é uma atividade opcional que visa contribuir com a formação acadêmico-profissional do aluno, que poderá adquirir experiências diversas que promoverão sua competência como professor ou historiador, em órgãos públicos ou empresas privadas que empregam profissionais da área de História como por exemplo, arquivos, museus, instituições de pesquisas, órgãos ambientais, instituições de ensino superior, dentre outros, com o acompanhamento de profissional responsável da área.

14.7. Disciplinas complementares

As disciplinas complementares, de caráter obrigatório, serão ministrados preferencialmente por docentes efetivos do Curso de licenciatura em História ou docentes convocados de áreas específicas considerando as especificidades de cada disciplina.

14.8. Atividades Complementares

As Atividades complementares, de caráter obrigatório, são aquelas, cumpridas no âmbito da UEMS ou de outras IES, que propiciam enriquecimento, aprofundamento temático e interdisciplinar com outras áreas. A integralização das atividades dar-se-á mediante apresentação à Coordenação, de comprovantes ou declarações que totalizem o mínimo de 200 (duzentas horas).

Conforme o Art. 168 da resolução CEPE/UEMS N.º 867, de 19 de novembro de 2008, as atividades complementares devem ser prioritariamente, nas seguintes modalidades:

- I participação em atividades acadêmicas (monitoria acadêmica, projetos de ensino, cursos especiais, eventos acadêmicos, estágio curricular não obrigatório, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos estudantis, conferências, colóquios, palestras, discussões temáticas, visitas técnicas);
- II participação em atividades científicas (projetos de pesquisa, eventos científicos, projetos de iniciação científica, estágios de iniciação científica);

III - participação em atividades culturais (projetos e ou atividades de extensão, projetos ou eventos culturais, festivais, exposições).

São consideradas Atividades Complementares, para fins de integralização da carga horária do curso de História:

norai	ia do curso de Historia.	
1.		60 horas para cada ano de trabalho
2.		60 horas para cada ano de trabalho
3.	Participação em atividades de pesquisa em projetos desenvolvidos por docentes do curso ou cursos afins.	Até 20 horas por projeto
4.	por docentes do curso ou cursos arms.	Ate 60 horas por projeto
5.	Monitorias de ensino realizadas em disciplinas integrantes do currículo pleno do curso.	40 horas para cada ano de trabalho
6.	Cursos frequentados, em eventos científicos na área de História ou áreas afins.	100% da carga horária
7	Cursos de informática aplicados à atividade de ensino.	10 horas por curso
8	Participação em cursos de capacitação, aperfeiçoamento em História ou áreas afins à distância.	curso
8.	Participação como ouvinte, em eventos científicos na área de História ou áreas afins.	100% da carga horária
9.	Apresentação de trabalhos em eventos científicos na área de História ou áreas afins.	15 horas por trabalho apresentado
10.	Participação na organização de eventos científicos na área de História ou áreas afins.	Até 20 horas por evento
11.	Participação em viagens de estudos ou visitas técnicas, coordenadas por docentes do curso de História ou cursos afins.	
12.	Prestação de serviço voluntário em arquivos e museus.	20 horas por ano de trabalho
13.	Publicação de artigo técnico-científico em periódico com indicador <i>Qualis</i> da área de Ciências Humanas.	30 horas por artigo publicado
14.	Artigo completo em anais de encontros científicos de História ou áreas afins.	20 horas por artigo publicado
15.	Publicação de artigo técnico-científico em periódico não indexado.	5 horas por artigo publicado
16.	Publicação de artigo em jornal.	5 horas por artigo publicado
17.	Participação como membro do Colegiado do curso de História e ou Conselho Comunitário Consultivo	20 horas por ano de participação
18.	Participação como representante da Unidade em entidades estudantis.	20 horas por ano de participação
19.	Participação como membro dos Conselhos Superiores da UEMS.	20 horas por ano de participação
20.	Publicação de resenha em revistas na área de Ciências Humanas.	10 horas por resenha publicada
21.	Participação em Grupos de Estudos	Até 20h por ano de participação

14.9. Trabalho de Conclusão de Curso

Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o resultado de investigação científica, cuja temática deve estar em consonância com as temáticas abordadas durante o curso, ou seja, um tema que aborde as disciplinas do Curso de licenciatura em História, preferencialmente temas voltados para o ensino de História e a educação. É de caráter obrigatório e será desenvolvido um trabalho ao longo do curso, que se inicia na primeira série, com a disciplina de Introdução à Metodologia Científica, apresentação do projeto de TCC no início do primeiro bimestre da terceira série e finaliza com apresentação do Trabalho de

Conclusão do Curso até o final da quarta série. No TCC o aluno terá um professor orientador de sua escolha, integrante do quadro da UEMS, respeitando os princípios norteadores do Projeto Pedagógico no desenvolvimento dos trabalhos investigativos.

O aluno cotista indígena poderá ter tratamento diferenciado, se assim o desejar, de acordo com a legislação em vigor, respeitando as diferenças culturais e o princípio da educação diferenciada a que tem direito.

Os alunos que desenvolvem projetos de pesquisa de Iniciação Científica ou de extensão, poderão apresentar tais projetos como TCC, com as devidas adequações e de acordo com a normatização em vigor.

A regulamentação do TCC será elaborada e aprovada pelo Colegiado de Curso, de acordo com o artigo 215 da Resolução 867/2008.

14.10 Matriz Curricular

DISCIPLINAS 1ª SÉRIE	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/HTOTAL
Introdução a Pré-história e Arqueologia	4	102	34	136
História Antiga	4	102	34	136
Introdução aos Estudos Históricos	4	102	34	136
Filosofia e História da Educação	4	102	34	136
Introdução à Metodologia Científica	2	34	34	68
Política Educacional Brasileira	2	68	-	68
TOTAL	20	510	170	680

DISCIPLINAS 2ª SÉRIE	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/HTOTAL
História Medieval	4	102	34	136
História do Brasil I	4	102	34	136
Filosofia	2	34	34	68
Didática	4	102	34	136
Psicologia da Educação	4	102	34	136
Historiografia Brasileira	2	68		68
TOTAL	20	510	170	680

DISCIPLINAS 3ª SÉRIE	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/HTOTAL
História do Brasil II	4	102	34	136
História Moderna	4	102	34	136
História da América	4	102	34	136
História Regional	2	34	34	68
Metodologias do Ensino de História	2	34	34	68
Sociologia	2	34	34	68
TOTAL GERAL	18	408	204	612

DISCIPLINAS 4ª SÉRIE	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/HTOTAL
História Contemporânea	4	102	34	136
História África e Cultura Afro-Brasileira	4	102	34	136
História Indígena	4	102	34	136
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2	34	34	68
Fundamentos em Educação Inclusiva	2	34	34	68
Informática aplicada à educação	2	34	34	68
TOTAL GERAL	18	408	204	612

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO					
Estágio Curricular Supervisionado-Ensino Fundamental 3ª série 204					
Estágio Curricular Supervisionado-Ensino médio	204				
Carga Horaria Total	408				

4.11. Resumo Geral da Matriz Curricular

Composição do Currículo Pleno	H/a	H/r (60 min)
	(50 min)	
Carga Horária das Disciplinas	2.584	2.153
Estágio Curricular Supervisionado	-	408
Atividades Complementares	-	200
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-	136
TOTAL GERAL	2.584	2.897

14.12. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História

Disciplinas de Formação Específica

Disciplinas	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Introdução a Pré-História e Arqueologia	4	102	34	136
História Antiga	4	102	34	136
História Medieval	4	102	34	136
História Moderna	4	102	34	136
História da América	4	102	34	136
História do Brasil I	4	102	34	136
História do Brasil II	4	102	34	136
História da África e Cultura Afro-brasileira	4	102	34	136
História Contemporânea	4	102	34	136
História Indígena	4	102	34	136
Introdução aos Estudos Históricos	4	102	34	136
Historiografia Brasileira	2	68	-	68
História Regional	2	34	34	68
Metodologias do Ensino de História	2	34	34	68
TOTAL	50	1.258	442	1.700

Disciplinas de Formação Complementar

DISCIPLINAS	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Introdução à Metodologia Científica	2	34	34	68
Filosofia	2	34	34	68
Sociologia	2	34	34	68
TOTAL	6	102	102	204

Disciplinas de Formação para Educação Básica

Disciplinas	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Psicologia da Educação	4	102	34	136
Política Educacional Brasileira	2	68	=	68
Didática	4	102	34	136
Filosofia e História da Educação	4	102	34	136
TOTAL	14	374	102	476

Disciplinas Complementares

Disciplinas	C/H SEMANAL	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Informática aplicada a Educação	2	34	34	68
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2	34	34	68
Fundamentos em Educação Inclusiva	2	68		68
TOTAL	6	136	68	204

Estágio Curricular Supervisionado

Disciplinas	C/H Total
Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Fundamental	204
Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Médio	204
TOTAL	408

Trabalho de Conclusão de Curso	136 horas
Atividades complementares	200 horas

15. Prazos para implantação

O novo Projeto Pedagógico será implantado a partir de 2010, para as turmas ingressantes por meio de vestibulares que se realizarão no ano anterior. Os alunos reprovados na 1ª série, em 2009, deverão cursar a mesma disciplina prevista no projeto anterior. As disciplinas serão ministradas pelos professores titulares da disciplina ou convocados, se for o caso.

16. Matriz Curricular das Disciplinas e Equivalência

16. Matriz Curricular das Disciplinas e Equivalencia									
Projeto Pedagógico em	СН	СН	CH	Série	érie Projeto Pedagógico CH		СН	CH	Série
Extinção	Teórica		Total		Implantação em 2010		Prática		
Historiografia Brasileira	102	34	136	2	Historiografia Brasileira 68		-	68	2
História Antiga I	102	-	102		História Antiga 102 34		34	136	1
História Antiga II	68	-	68	2	C				
História Medieval	136	-	136	2	História Medieval	102	34	136	2
História Moderna I	68	34	102	3	História Moderna	102	34	136	3
História Moderna II	68	-	68	4					
História do Brasil I	102	34	136	3	História do Brasil I	102	34	136	2
História do Brasil II	102	34	136	4	História do Brasil II	102	34	136	3
História Regional I	34	34	68	3	History Designation	2.4	2.4	68	2
História Regional II	68	-	68	4	História Regional	34	34	68	3
História da América	102	34	136	3	História da América	102	34	136	3
História Contemporânea I	68	-	68	3	II. 14. C	100	2.4	126	
História Contemporânea II	68	34	102	4	História Contemporânea	102	34	136	4
Introdução à Pré-História e	68	34	102		Introdução a Pré-	40.	2.4	126	1
Arqueologia				1	História e Arqueologia	102	34	136	
Introdução aos Estudos	68	34	102		Introdução aos Estudos	100	2.4	106	
Históricos				1	Históricos	102	34	136	1
Filosofia	102	34	136	2	Filosofia	68	-	68	1
Sociologia	102	-	102	2	Sociologia	34	34	68	4
Introdução à Metodologia	2.4	2.4	(0		Introdução à				
Científica	34	34	68	1	Metodologia Científica	34 34		68	1
Psicologia da Educação	68	34	102	2 Psicologia da Educação		102	34	136	1
Estrutura e Funcionamento	68	-	68		Política Educacional		_		2
da Educação Nacional			00	1			-	68	
Didática	68	34	102	3			34	136	2
Filosofia e História da	102	-	102		Filosofia a História da		1		
Educação	102		102	1			34	136	2
Estágio Curricular					Estágio Curricular				
Supervisionado de História	204	_	204	3	Supervisionado –	_ _		204	3
no Ensino Fundamental					Ensino Fundamental				
Estágio Curricular		_			Estágio Curricular				
Supervisionado de História	204		204	4	Supervisionado –	_	_	204	4
no Ensino Médio					Ensino Médio				
Língua Portuguesa	68	-	68	1	Excluída				
História da Arte	68	-	68	1		xcluída			
História da Ciência e da	68	_	68						
Técnica				4	Excluída				
História das Idéias Políticas	68	-	68	4	Excluída				

Antropologia Geral	68	34	102	4	Excluída				
Sem e	Língua Brasisleira de Sinais - LIBRAS	34	34	68	4				
Sem equivalencia					Fundamentos em Educação Inclusiva	68	-	68	4
Sem equivalencia				Informática aplicada à Educação	34	34	68	4	
Sem equivalência Sem equivalência		Metodologias do Ensino de História	34	34	68	3			
		História Indígena	102	34	136	4			
		História da África e Cultura Afro-brasileira	102	34	136	4			

17. Objetivos, ementas e bibliografias

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Introdução a Pré-História e Arqueologia

Objetivos:

Proporcionar o domínio dos conteúdos de forma a permitir a compreensão do longo período percorrido pelo Homem desde o seu surgimento até os dias atuais.

Estimular a reflexão sobre o patrimônio arqueológico brasileiro como forma de incentivo a sua preservação.

Estabelecer as modificações ambientais a partir do pleistoceno tardio e as inter-relações com as ocupações pré-históricas do Planalto Central.

Oferecer subsídios básicos sobre a atividade arqueológica para o estudo da cultura material resgatada em campo.

Propiciar noções gerais relativas ao panorama dos sítios arqueológicos do Brasil Central e seus problemas específicos de pesquisa e conservação. Despertar para a importância do estudo da cultura material na construção da identidade brasileira diante das múltiplas facetas étnicas.

Ementa:

Estudo da origem e desenvolvimento do homem e da sua complexidade cultural na relação tempo/espaço, as culturas pré-históricas desde a origem do hominídeo até o surgimento das civilizações. Análise das idéias e teorias sobre a evolução biológica e cultural do homem. Pré-história americana. Pré-história brasileira.

Noções básicas de Arqueologia. O registro arqueológico. O processo de formação dos sítios arqueológicos. Tipos de sítios. As diversas categorias de evidências arqueológicas. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa arqueológica em campo e laboratório. O patrimônio arqueológico brasileiro e do Mato Grosso do Sul.

Bibliografia básica:

FUNARI, P.P.A. Arqueologia. São Paulo, Ática, 1988.

GUARINELO, N. L. Os primeiros habitantes do Brasil. São Paulo: Atual Editora, 1994.

LEAKEY, R. E; L. Roger. O povo do lago. O homem: suas origens, natureza e futuro.

Brasília: EdUnB; São Paulo: Melhoramentos, 1988.

LEROI-GOURHAN, A. Pré-História. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1981.

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília: Ed. UnB, 1992.

Bibliografia complementar:

BRAIDWOOD, R.J. Homens pré-históricos. Brasília: UNB, 1988.

BRANCO, S. M.; BRANCO, F. C. A deriva dos Continentes. São Paulo: Polêmica, 1994.

CALDARELLI, S.B. (org.) Atlas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural. Goiânia, UCG. 1977.

CLARK, G. A **Identidade do Homem:** uma exploração arqueológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FUNARI, P.P. A (org.) **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Coleção Idéias. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP: UNICAMP, s/d.

GEERTZ, C. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 1989.

LEAKEY R. A origem da espécie humana. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

MEGGERS, B. J. América Pré-Histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELATTI, J.C. Índios do Brasil. São Paulo, Ed. Huicitec. 1983.

MOBERG, C. A. Introdução à arqueologia. Lisboa, Edições 70. 1986 (tradução portuguesa).

ORSER Jr., C.E. Introdução à arqueologia histórica. Belo Horizonte, Oficina de Livros. 1992.

RENFREW, C.; BAHN, P. Arqueologia. Teorías, métodos y práctica. Madrid, Ediciones Akal. 1993.

Historia Antiga

Objetivos:

Instrumentalizar o futuro profissional da História para que ele possa tangenciar os conceitos prioritários referentes ao manejo e articulação dos conhecimentos inerentes à área de História Antiga Oriental e Ocidental, visando torná-lo apto para agregar em sala de aula o processo de organização do saber articulando a pesquisa, o ensino e sua aplicação.

Ementa:

As civilizações do oriente próximo: Mesopotâmia. Egito: manifestações de religiosidade e poder. Hebreus: monoteísmo e organização política e cultural. Grécia: do *genos* ao Império. Roma: monarquia, república e império.

Bibliografia Básica:

PINSKY, J. **As primeiras civilizações**. São Paulo, Contexto, 2000. _____. **Cem textos de história antiga**. São Paulo, Contexto, 2001.

GRALHA, J. **Deuses, faraós e poder**: legitimidade e imagem do Deus dinástico, e do monarca no antigo Egito – 1550/1070 a. C. . Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais; 2003.

SCHEINDLIN, R. História ilustrada do povo judeu. São Paulo: Ediouro, 2003.

LEICK, G. Mesopotâmia: a invenção da cidade. São Paulo: Imago, 2003.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, P. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GIORDANI, M. C. História Antiga Oriental. Petrópolis: Vozes, 1989.

. **Grécia.** Petrópolis: Vozes, 1989. . **Roma**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FUNARI, P.P. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2000.

FEBVRE, L. A Europa: gênese de uma civilização. São Paulo: EDUSC, 2001.

Historia Medieval

Objetivos:

Instrumentalizar o futuro profissional da História para que ele possa tangenciar os conceitos prioritários referentes ao manejo e articulação dos conhecimentos inerentes à área de História Medieval, visando torná-lo apto para agregar em sala de aula o processo de organização do saber articulando a pesquisa, o ensino e sua aplicação.

Ementa:

O (pré) conceito de idade média. Mundo medieval: demografia. Estruturas econômicas. Estruturas Políticas. Estruturas sociais. Estruturas culturais. Estruturas mentais. Estruturas religiosas. O cotidiano. Literatura.

Bibliografia básica:
LE GOFF, J. A civilização do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2006
Para um novo conceito de idade média. Portugal: Estampa, 2000.
(coord.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2003.
Os intelectuais na idade média. São Paulo: Brasiliense, 1998
FRANCO Jr., H. As cruzadas: guerra santa entre oriente e ocidente . São Paulo: Moderna, 2000
Bibliografia complementar:
FRANCO Jr., H. Cocanha: a história de um país imaginário. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
ELIADE, M. Tratado de história das religiões . São Paulo: Paz e Terra, 2005.
BLOCH, M. Os reis taumaturgos. São Paulo: Cia das Letras, 1980.
A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, 1975.
DELUMEAU, J. A história do medo no ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
O pecado e o medo. A culpabilização no Ocidente. São Paulo: EDUSC, 2002.
DUBY, G. Senhores e camponeses. Lisboa: Teorema, 1980
A Europa na idade média. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
A sociedade cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo. São Paulo: Graal, 1987.

História Moderna

Objetivos:

Discutir as mudanças de agir e pensar proporcionadas com os movimentos do Renascimento, da Reforma, da Contra reforma e a formação do Estado Moderno. Discutir a fundação e a amplitude dos Estados Absolutistas. Analisar a transição dos Estados Absolutistas para os Estados Nacionais, discutindo as idéias e as práticas que viabilizaram àquelas mudanças. Estudar a constituição e as características das sociedades modernas.

Ementa:

Conceito de História Moderna. Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Renascimento. Reforma (protestante, calvinista e anglicana) e Contra reforma (católica). Conceito de Estado Absolutista e Estado-nação. Antigo Regime Europeu, nos séculos XVII e início do XVIII. Revolução Gloriosa na Inglaterra. Abordagens da História Moderna nos livros didáticos.

Bibliografia básica:

ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista. SP: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, M. A nervura do real. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CHAUNU, P. O Tempo das Reformas (1250-1550). Lisboa: Edições 70, 1993, 2v.

HILL, C. O mundo de ponta cabeça. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

WILLIAMS, R. O campo e a cidade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

WOOD, E. M. A Origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Bibliografia complementar:

BETHENCOURT, F. História das inquisições. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

FEBVRE, L. O Problema da Descrença no Século XVI. Lisboa: Editorial Início, 1970.

GARIN, E. Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

HERMAN, A. A idéia de decadência na História Ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HILL, C. O eleito de Deus. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ROSSI, P. A Ciência e a Filosofia dos Modernos. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

. O Nascimento da Ciência Moderna na Europa. Bauru: EDUSC: 2001.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

___. A religião e o declínio da magia. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WOOD, E. M. Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2003.

História da América

Objetivos:

Proporcionar ao aluno conhecimentos acerca da conquista e colonização das Américas (Ibérica e Norte Americana). Evidenciar as diferenças e provocar a reflexão sobre as alteridades. Possibilitar ao aluno subsídios para a compreensão da crise do sistema colonial e a conseqüente independência das colônias. Estudar a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento do capitalismo desigual nas Américas. Discutir as principais experiências revolucionárias no século XX na América Latina. Desenvolver o interesse dos alunos para a pesquisa voltada para o Ensino de História das Américas.

Ementa:

Conquista e colonização nas Américas (Ibérica e Norte-Americana). Independência das colônias. Formação dos Estados Nacionais nas Américas. O processo de expansão do capitalismo na América. As principais experiências revolucionárias na América Latina. Produção acadêmica sobre pesquisa e ensino de História das Américas.

Bibliografia básica:

ALIMONADA, H. A Revolução Mexicana. São Paulo: Moderna, 1986.

AYERBE, L. F. A Revolução Cubana. São Paulo: EDUSP, 2004. (Col. Revoluções do século XX)

DONGHI, T H. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERNANDES, L.E.; MORAIS, M. V. Renovação da História da América, in: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.

PRADO, M.L. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994 (Coleção Discutindo a história).

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, J.(Org.). Caminhos da América no Brasil: Tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília: ANPHLAC, 1998.

BETHEL, L. (Org.) **História da América Latina**. São Paulo: Eduz/Imprensa Oficial/Funga, vols. I, II e III, 1995.

EISENBERG, P. A guerra civil americana. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, O. A formação do Estado Populista na América Latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

IOKOI, Zilda Márcia. Lutas Sociais na América Latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

POMER, L.. As independências na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VILLA, M.A. A Revolução Mexicana: 1910-1940. São Paulo : Ática, 1993.

História da África e Cultura Afro-brasileira

Objetivos:

Proporcionar aos alunos os conhecimentos básicos sobre a História da África e dos afrodescendentes no Brasil. Abordar as diferentes fases de construção e desconstrução da identidade negra no continente africano e no Brasil. Orientar quanto a abordagem do tema na sala de aula, bem como as possibilidades de pesquisas sobre a temática.

Ementa:

História da África e dos africanos no Brasil. História dos afro-brasileiros. Economia e escravidão no Brasil. Cultura africana e afro-brasileira. Religiosidades afro-brasileiras. Resistências, lutas e conquistas contemporâneas. O negro em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. África e afro-brasileiros na educação.

Bibliografia básica:

BRAZIL, M. C. **Fronteira negra**: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888. Passo Fundo: UPF, 2002.

CAVALHEIRO, E. (Org). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001

FLORENTINO, M. **Em costas negras:** uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA, K. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2001.

Bibliografia complementar:

ALEIXO, L.H.G. **Vozes do silêncio**: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: EDUFMT, 1995.

CAVALHEIRO, E. C. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

KI-ZERBO, J.. **História geral da África:** metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática, 1982.

LOPES, N. Dicionário escolar afro-brasileiro. São Paulo: Selo Negro, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. **Caderno de diálogos pedagógicos:** combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-mato-grossense. Campo Grande: Secretaria do Estado de Educação, 2005.

MOURA, Z. A. Cativo nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX.

RASSI, S.T. (Org). O Brasil também é negro. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SANTOS, J. R. A questão do negro na sala de aula. São Paulo: Ática, 1990.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, C. A. **Um rio chamado Atlântico**: a África e o Brasil e o Brasil na África. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2003.

História Contemporânea

Objetivos:

Analisar as continuidades e rupturas culturais, científicas, econômicas, ambientais e políticas do mundo contemporâneo. Compreender as principais relações de poder que movem o processo histórico contemporâneo e contextualizar as diversas realidades internacionais e nacionais e locais. Conhecer e analisar as conseqüências das práticas liberais e protecionistas no mundo contemporâneo. Articular o conteúdo com metodologias para o ensino de história contemporânea.

Ementa:

Estudo dos acontecimentos, das estruturas e das conjunturas e sócio-econômicas, ambientais, culturais e político-institucionais que caracterizaram as formas de desenvolvimento do mundo contemporâneo, bem como dos movimentos e processos revolucionários anti-capitalistas. Análise das relações internacionais contemporâneas com ênfase na formação e desdobramento de blocos de poder nas tendências globais de economia e nos processos de construção dos Estados Nacionais na Ásia e na África.

Bibliografia básica:

ARENDT, H. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Ática, Brasília: UNB, 1988.

CROUZET, M. (org.). História Geral das Civilizações. São Paulo: Difel, 1977.

COGGIOLA, O. (org.) Segunda Guerra Mundial: Um balanço histórico. São Paulo: Xamã, 1995.

HOBSBAWM, E. A era do capital (1778 – 1875). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

Bibliografia complementar:

ARRUDA, J. J. de A. A Revolução Industrial. São Paulo: Ática, 1994.

BRENER, J. Leste europeu: a revolução democrática. São Paulo: Atual, 1990.

BEZERRA, F. G. A Revolução Chinesa. São Paulo: Atual, 1987.

CASTORIADIS, C. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção: A Invenção Democrática).

CHOMSKY, N. Novas e velhas ordens mundiais. São Paulo: Scritta, 1996.

FENELON, D. A Guerra Fria. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERRO, M. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: Ibrasa, 1983.

_____. A Revolução Russa de 1917. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1988.

HOBSBAWM, É. A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991). 2ª ed., São Paulo: Cia das letras, 1997.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

História Indígena

Objetivos:

Contribuir para o conhecimento da história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul, buscando evidenciar os conflitos de interesses oriundos do contato. Evidenciar o processo de aldeamento compulsório no Mato Grosso do Sul, que tinha por objetivo a liberação de terras indígenas para a expansão das fronteiras agro-pastoris. Analisar a organização sócio-cultural das sociedades indígenas da região sul-matogrossense. Refletir sobre os condicionamentos históricos que promoveram a situação vivenciada pelos índios na atualidade. Estimular o interesse dos alunos para a pesquisa sobre a temática indígena através de estudos interdisciplinares, objetivando o ensino da história indígena sob novas perspectivas.

Ementa:

Panorama da história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Os interesses políticos e econômicos sobre as terras e a mão de-obra indígena. A organização sócio-cultural das sociedades indígenas de Mato Grosso do Sul. A relação de dominação e a ação e reação dos índios aos impositivos do contato, conferindo-lhes o papel de agentes históricos.

Bibliografia básica:

CUNHA. M.C. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, J.M. .Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

OLIVEIRA, R. C. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. Rio de Janeiro: Francisco. Alves, 1976.

SCHADEN, E. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: Pedagógica/USP, 1974.

SILVA, A.L.; GRUPIONI. L.D.B. **A temática Indígena na Escola**: Novos subsídios para professores de 1°. E 2° graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, M. R.C. Identidades Étnicas e Culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CUNHA, M.C. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. 1997. (Doutorado em História) – Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1997

. Os direitos do Índio: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ISAAC. P. A. M. **Modo de existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso.** São Paulo. 2004. 235 f. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais)— São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.

LIMA, A. C. de S. **Um grande cerco da paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis/RJ : Vozes, 1995

MELIÁ, B.; GRUMBERG, G.; GRUMBERG, F. **Etnografía Guaraní del Paraguay Contemporáneo**: Los Pai Tavyterã. Suplemento antropológico. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, 1976.

PEREIRA, L. M. **Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu entorno**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social)— São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

UNKEL, C. N. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: Hucitec; São Paulo: USP, 1987.

VASCONCELOS, C. A. A Questão Indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

Introdução aos Estudos Históricos

Objetivos:

Oferecer condições básicas necessárias para o ingressante discutir e compreender as questões enfrentadas pelo historiador no exercício de sua função profissional. Demonstrar quais as características do trabalho do historiador. Diferenciar abordagens e discussões teóricas de cada "escola historiográfica". Introdução às teorias da História. Ler, interpretar e produção de textos históricos.

Ementa:

Campo de atuação do historiador e a especificidade dos estudos históricos. Objeto de estudo e a função do tempo e do espaço na análise das sociedades passadas. Trabalho do historiador com as fontes, com os procedimentos de pesquisa e com a escolha temática. Desenvolvimento dos estudos históricos e suas principais abordagens e discussões teóricas. Leitura, interpretação e produção de textos históricos.

Bibliografia básica:

BLOCH, M. Apologia da história ou oficio de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FURET, F. A oficina da História. Tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Portugal: Gradiva, s/d.

LANGLOIS, C. H. V. & SEIGNOBOS, C. H. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1948.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Edunicamp, 1996.

Bibliografia complementar:

BENOIT, L. O. Sociologia Comtiana. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

BURGUIÈRE, A (org.) Dicionário das Ciências Históricas. São Paulo: Imago, 1993.

BURKE, P. A escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: Edunesp, 1997.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

D'ALÉSSIO, M. M. Reflexões sobre o saber histórico. São Paulo: Edunesp, 1998.

DOSSE, F. A história à prova do tempo. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Edunesp, 2001

_____. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1994.

FEBVRE, L. Combates pela história. Lisboa: Presença, 1989.

FOUCAULT, M. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1997.

HALBAWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HUNT, L (org.) **A nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IGLÉSIAS, F. Historiadores do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Historiografia Brasileira

Objetivos:

Estabelecer comparações entre os diversos historiadores que contribuíram na elaboração da História do Brasil, desvendando equívocos entre memória, história e o desejo de construção de uma identidade nacional. Confrontar as teorias da História do Brasil destacando idéias dos principais historiadores brasileiros e os diferentes contextos que as possibilitaram. Estudar os projetos políticos criados para o Brasil e veiculados na literatura historiográfica.

Ementa

Análise do processo de construção da história e historiografia brasileira, considerando as diferentes abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. As Abordagens da História do Brasil de Varnhagen aos historiadores contemporâneos.

A formação da Identidade do Brasil. Projetos políticos para o Brasil expressos na historiografia.

Bibliografia básica

ARRUDA, J.; TENGARRINHA, J. **Historiografia Luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999

DIEHL, A. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980:** experiência e horizontes. 2º ed. Passo Fundo: UPE, 2004.

FREITAS, M. (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 4º ed. São Paulo: Contexto, 2001.

IGLÉSIAS, F. **Os historiadores do Brasil**: capítulos da historiografia brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: IPEA, 2000.

REIS, J. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Belo Horizonte: Editora Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

CARDOSO, C.; VAINFAS, R.(Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CUNHA, M. História dos índios do Brasil. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIEHL, A. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Experiência e horizontes. 2º ed. Passo Fundo: UPE, 2004.

_____. (Org.). A cultura historiográfica brasileira. Passo Fundo, RS: UPF, 1999.

_____. (org.). **Experiência e ensaios de história**: cultura, historiografia e gênero. Passo Fundo, RS: UPF, 2006.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. O arcaísmo como projeto. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HOLANDA, S. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOSMINSKY, E.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. (Orgs.) Gilberto Freire em quatro tempos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MALATIAN, T. Oliveira Lima e a construção da nacionalidade. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOTA, C. (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

NOVAIS, F. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Unesp. 1997.

PESAVENTO, S. **Um historiador na fronteira**. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2005.

WEHLING, A. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Historia Regional

Objetivos:

Traçar um perfil das origens do povoamento e monções que atravessaram o Mato Grosso do Sul a partir da História do Estado de Mato Grosso. Evidenciar a busca de riquezas e a defesa da fronteira contra o domínio espanhol como fatores do povoamento do interior do Brasil. Fornecer ao aluno, subsídios para compor uma visão crítica sobre o desenvolvimento do estado do Mato Grosso do Sul com suas dificuldades, distância dos grandes centros, baixa densidade populacional, conflitos com os indígenas, questões fundiárias, disputas pelo poder e posse pela da terra. Enfatizar os estudos regionais na educação básica.

Ementa:

Caracterização Geográfica da Região Centro Oeste, priorizando estudos sobre Mato Grosso do Sul. História, memória e poder.

Confrontos entre índios e espanhóis. Minas de Cuiabá. As monções. Guerra do Paraguai. Coronelismo e banditismo.

A economia do sul de Mato Grosso no final do século XX e início do século XX: o gado e a erva-mate.

A Ferrovia Noroeste do Brasil. Ocupação do espaço e imigração no século XX. O sul de Mato Grosso no contexto da Marcha para Oeste: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. A criação do estado de Mato Grosso do Sul.

A prática de ensino e a importância da pesquisa em História Regional no ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica:

BIANCHINI, O. A companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato grosso: 1880 – 1940. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

CORRÊA, L. **História e Fronteira**: o Sul de Mato Grosso (1870-1920). Campo Grande: UCDB, 1999.

GUZMAN, R G. Anais do Descobrimento, Povoação e Conquista do Rio de La Plata. Campo Grande: s/d, 2009. Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul.

HOLANDA, S. de. Monções. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUEIRÓZ, P. **Uma ferrovia entre dois mundos**. A E.F. Noroeste do Brasil e primeira metade do século XX. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: UFMS, 2004.

Bibliografia complementar:

GRESSLER, L.; VASCONCELOS, L. **Mato Grosso do Sul**: aspectos históricos e geográficos. 1ª ed. Dourados: L.GRESSLER, 2005.

SODRÉ, N.W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Campo Grande: S/D, 2009. Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul.

ARRUDA, G. Frutos da terra: os trabalhadores da Mate-larangeira. Londrina: Eduel, 1997.

BITTAR, M. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a Capital**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999 (Col. Fontes Novas).

_____. **Mato Grosso do Sul:** do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997). 2 v. Tese de Doutorado em História FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

CORREA FILHO, V. Pantanais Matogrossenses (devassamento e ocupação). Campo Grande: s:d, 2009. Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul.

CORRÊA, V. Coronéis e bandidos em Mato Grosso. 1889-1943. Campo Grande: Ed.UFMS,1995. COSTA, M. História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação da Liberdade: Kosmos, 1999.

FOWERAKER, J. A luta pela terra: a economia política na fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LENHARO, A. **Colonização e Trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste.Campinas:Unicamp,1985..

MARTINS, G. Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 1992.

OLIVEIRA, B. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso** (1937-1945).. Dissertação de Mestrado em História. FCL/UNESP, Assis, 1999.

QUEIROZ, P. As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: Ed. UFMS, 1997.

RIBEIRO, D. Os índios e a civilização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TAUNAY, A. A retirada da Laguna. Episódio da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VOLPATO, L. **A conquista da terra no universo da pobreza**: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987.

VOLPATO, L. Entradas e Bandeiras. 2ª ed. São Paulo: Global, 1985

História do Brasil I

Objetivos:

Analisar a formação e expansão portuguesa. Analisar o contexto da conquista da América Portuguesa e o impacto da exploração colonial sobre as populações nativas. Refletir sobre a construção do Brasil Império. Confrontar historiadores acerca da abordagem sobre o contexto da colonização no Brasil. Estimular a leitura crítica e a atualização quanto aos principais debates historiográficos do Brasil-Colônia e Brasil-Império.

Portugal e o processo de expansão ultra-marina. A América Portuguesa: sociedade, economia, cultura e política. Crise do sistema colonial.

A construção do Estado e da nação: economia, sociedade, cultura e política no Brasil Imperial.

A prática de ensino e a importância da pesquisa em História do Brasil nos ensinos fundamental e médio.

Bibliografia básica

HOLANDA, S. (Org). **A época colonial**. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (História geral da civilização brasileira)

_____. **A época colonial**. A instalação, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (História geral da civilização brasileira)

LINHARES, M (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MOTA, C. Viagem Incompleta. Experiência Brasileira (1500-2000) São Paulo: Editora do Senac, 2000.

SCHWATZ, S. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia complementar

ALENCASTRO, L. (org.) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 2. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA, R. O diretório dos índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Edunb, 1997.

FERLINI, V. **Terra, Trabalho:** o mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FLORENTINO, M. **Em costas negras:** uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GORENDER, J. O escravismo Colonial. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, M. Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, L. Opulência e miséria das Minas Gerais. São Paulo: Brasiliense, 1994. MALERBA, J. A corte no exílio. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NOVAIS, F. A estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REIS, J.; SILVA, E. Negociação e Conflito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, M. Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, L. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VILLALTA, L. **1789-1808 O Império luso-brasileiro e os brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

História do Brasil II

Objetivos:

Analisar a crise do 2° Império e suas contradições: escravismo, mão de obra livre e a conjuntura da Proclamação da República. Verificar o transcurso da história republicana no Brasil, permeado por populismo, coronelismo, ditaduras civis e militares. Estimular a leitura e atualização historiográfica. Refletir acerca dos grandes temas da história brasileira recente. Proporcionar elementos para que o acadêmico posicione-se criticamente frente às informações veiculadas nos livros didáticos de ensino fundamental e médio e meios de comunicação social.

A crise do Império: transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no Brasil do final do século XIX.

A república de 1889 a 1930.

A crise de 1929 e o movimento de 1930.

O populismo-desenvolvimentista (1945-1964)

A ditadura militar (1964- 1984)

Atualização da questão nacional (1984 – atual)

Bibliografia básica:

FAUSTO, B. (org.). **O Brasil Republicano**. Sociedade e instituições (1899-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira).

______.(org.). **O Brasil Republicano**. Estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira).

LINHARES, M. (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MOTA, C. **Viagem Incompleta**. A grande transação. (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo: Ed. Senac, 2000,

VIOTTI, E. Da monarquia à República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Bibliografia complementar:

ALENCASTRO, L. (org.) **História da vida privada no Brasil e a prática parlamentar**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, J. A construção da ordem: A elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, C. A proclamação da República. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Coleção descobrindo o Brasil).

CHALHOUB, S. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

. Visões da liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FACÓ, R. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LAMOUNIER, M. **Da escravidão ao trabalho livre:** a lei de locação de serviços. Campinas: Papirus, 1988.

MACHADO, M. **O plano e o pânico:** movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, São Paulo Edusp, 1994.

LAPA, J. (org). História Política da República. São Paulo: Papirus, 1990.

LEAL, V. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

SCHWARCZ, L. **As barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Metodologias do Ensino de História

Objetivos:

Apresentar ao aluno as novas metodologias e possibilidades do ensino de história, levando à reflexão sobre o significado da disciplina de história no currículo da educação básica e sua relevância no papel de educador e adquirir um referencial metodológico que auxilie no exercício da prática pedagógica.

Reflexões sobre a produção do conhecimento histórico e seus desdobramentos na prática pedagógica. Propostas teórico-metodológicas para o ensino de História nos ensinos Fundamental e Médio. Diferentes possibilidades de ensino de História.

Bibliografia básica:

ABREU, M, SOIHET, R. (Orgs). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003

FERNANDES, C.M.B. **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos - Docência em Formação. São Paulo: Cortez. 2004.

FERRO, M. A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação de Massas. 2ª ed.Tradução de Wladimir Araújo. São Paulo: Ibrasa, 1983.

NIKIUK, S.M.L. Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 2002.

SOIHET, R, BICALHO, M. F. B. e GOUVÊA, M. de F. S. (org.). Culturas políticas; ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Bibliografia complementar:

.BOUTIER, J. JULIA, D. **Passados Recompostos:** campos e canteiros da História. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skiner. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1998.

AHMAD, A. **Linhagens do Presente.** Ensaios. Tradução Sandra G. Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2002.

CARDOSO, C F. Um historiador fala de teoria e metodologia. Bauru: EDUSC, 2005.

CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CASTANHO, S. E. M. questões teórico-metodológicas de história cultural e educação. In: CARDOSO, C. F. **Narrativa, Sentido, História.** Campinas: Papirus, 1997.

DIEHL, A A. Cultura Historiográfica. Memória, Identidade e Representação. Bauru: Edusc, 2002.

FONSECA, S. G. Caminhos da História Ensinada. Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, E. O presente como história. In: **Sobre história**: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KARNAL, L. (Org.) **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

MALERBA, J. (org.). A Velha História. Teoria, Método e Historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

SIMAN, L.M. de C., FONSECA, T.N. de L. (Orgs) **Inaugurando a história e construindo a nação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Introdução à Metodologia Científica

Objetivos:

Capacitar o aluno para a compreensão dos mecanismos técnicos e científicos no desenvolvimento da pesquisa e demais trabalhos acadêmicos, com base nas Normas Brasileiras de Redação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ementa:

Conceitos e concepções de ciência. Conhecimento comum e conhecimento científico. Conceituação de metodologia científica. Normas de elaboração de trabalhos acadêmicos. Produção científica na universidade. Elaboração de projetos de pesquisa.

Bibliografia básica:

CARDOSO, C. F. Uma introdução à História. São Paulo: Ed. Brasil, 1988.

BARROS, J. A. O projeto de pesquisa em História. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDONÇA, N. D. **O uso dos conceitos**: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis: Vozes, 1985.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia complementar:

ALVES, R. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 2003.

ARÓSTEGUI, J. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru SP: Edusc, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Nbr 6023 Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

______. Nbr 10520 Informação e documentação, Citação em documentos. Rio de Janeiro, 2002.
______. Nbr 14724 Informação e documentação, Trabalhos Acadêmicos, Apresentação. Rio de

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: elaboração e formatação. Porto Alegre RS: s.d., 2005.

INACIO FILHO, G. Monografia nos cursos de graduação. Uberlândia: Edufu, 2003.

NETO, J. A. M. Metodologia Científica na Era da Informática. SP: Saraiva, 2002.

Filosofia

Objetivos:

Apresentar os principais problemas epistemológicos, metafísicos, éticos, lógicos e metodológicos tratados pela História da Filosofia. Compreender as especificidades conceituais da Filosofia. Fornecer os fundamentos para compreensão da Ciência. Oferecer recursos para entendimentos da natureza do conhecimento histórico e para a construção historiográfica.

Ementa:

Mithos e *Lógos*. Aspectos epistemológicos, metafísicos, éticos e Lógicos da Filosofia. Métodos filosóficos: racionalismo, empirismo e criticismo. Tópicos de Filosofia da História: tempo lógico e tempo histórico.

Bibliografia básica:

CHAUI, M. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA. Bernadette S. Abrão (org.). Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

JASPER, K.. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Cultrix, 1965.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

REIS, J.C. A História entre a Filosofia e a Ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Bibliografia complementar:

ARISTÓTELES. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BACON, F. Novum Organum. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

CHAUI, M. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** Apresentação e comentários de Denis Huisman, tradução de Elza Moreira Marcelina. Brasília: UnB e Ática, 1989.

HUME, D. **Investigações acerca do entendimento humano**. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Sociologia

Objetivos:

Fornecer uma visão geral da Sociologia englobando o contexto histórico em que surgiu, suas fundamentações e principais teóricos. Esclarecer o conceito e a função social das ideologias e as implicações histórico-estruturais. Examinar os intérpretes e as interpretações das

sociedades latino-americanas, enfocando especialmente a história social do Brasil. Analisar os processos sociais que conduzem à mudanças históricas. Possibilitar que o egresso identifique parâmetros da sociologia e os utilize para elaborar uma crítica histórica viabilizando a transdisciplinaridade da História com as demais ciências.

Ementa:

Contexto Histórico do surgimento da sociologia: Revolução Francesa e Revolução Industrial. A formação do pensamento sociológico de Augusto Comte com o positivismo e a formação da teoria sociológica com Émile Durkheim e Max Weber. O Contrato Social de Rousseau. Ideologia: Karl Marx e a teoria da alienação. A distinção entre conhecimento científico e senso comum. O Pensamento sociológico Latino-Americano.

Bibliografia básica:

CASTRO, A. M., DIAS, E. **Sociologia**: introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1986.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**: Rio de Janeiro: Livros Téc./Científicos, 1983.

GIDDENS, A. Sociologia. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed Ed., 2005

Bibliografia complementar:

DURKHEIM, É. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996

GIDDENS, A. Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Presença, 1990.

HOLANDA, S. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. Revista Tempo Social. São Paulo, 17:7-27, 1989.

_____. (org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004

MARX, K. ENGELS F. **O Capital**. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Estampa, 1973.

MORAES FILHO, E. de. (Org.). Auguste Comte. Sociologia. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1983.

DISCIPLINAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Psicologia da Educação

Objetivos:

Reconhecer a importância da Psicologia da Educação como ciência. Diferenciar as principais teorias da aprendizagem e suas implicações no ensino. Analisar os processos de aprendizagem em sala de aula: interação professor-aluno, desempenhos e expectativa dos mesmos.

Ementa:

Psicologia enquanto ciência e sua aplicabilidade na Educação. Fatores sócio-históricos do estudo do desenvolvimento e da aprendizagem. Principais correntes teóricas da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Psicologia da adolescência. A ação educativa e a ação docente a partir dos aportes da Psicologia.

Bibliografia básica:

CASTORINA, J. A. (et al). **Vigotsky:** novas contribuições para o debate. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

COOL, C. **Psicologia e currículo:** uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo. São Paulo: Ática, 1998.

COOL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, Álvaro (orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação:** psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Desenvolvimento psicológico e educação:** psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOULARTT, Í. B. **Psicologia da educação:** fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar:

BECKER, D. O que é adolescência. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAMPOS, D. M. da S. **Psicologia da adolescência, normalidade e psicopatologia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ERIKSON, E. H. Identidade juventude e crise. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

HOLLAND, J. G. A análise do comportamento. São Paulo: EPU, 1980

MOREIRA, M. A. Teorias da aprendizagem. São Paulo: EPU, 2003.

KAHHALE, E. M. P. A diversidade da psicologia uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. Para onde vai a educação. 14. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998

RAPPAPORT, C. R. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: EPU, 2003.

SKINNER, B. F. Sobre o behaviorismo. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente, o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Política Educacional Brasileira

Objetivos:

Possibilitar a compreensão da evolução da Educação Brasileira através da História e percebêla como resultante das transformações sociais. Conhecer e interpretar a legislação educacional.

Ementa:

História da Legislação educacional brasileira. O contexto e o conteúdo das principais leis: Leis orgânicas: LDB 4024/61, 5692/71, 7044/82. A educação na constituição de 1988. Políticas públicas de educação a partir da Constituição de 1988. A LDB 9394/96. Níveis e modalidades de educação. A legislação estadual e municipal de ensino. O profissional da educação: o educador e a lei: sua valorização. Sistema Escolar Brasileiro e sua estrutura administrativa: funcionamento níveis administrativo e financiamento.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

FERREIRA, N. S. C.; KUENZER, A. Z. (Org.) **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MENESES, J. G. de C. (et al.). **Estrutura e funcionamento da educação básica -** leituras. 2.ed. São Paulo: Pioneira/Thompson Learning, 2002.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece "as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquilaLegislação.action>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2009.

		Lei nº 11.274, de 6	de fevereiro de 20	06 . Altera a re	edação dos arts. 29, 30, 32 e	: 87 da Lei n'
(9.394	de 20 de dezembro de	1996, que estabelec	e as diretrizes	s e bases da educação nacion	nal, dispondo
•	sobre	a duração de 9 (nove)	anos para o ensino	fundamental	com matrícula obrigatória a	a partir dos 6
((seis)	anos	de	idade.	Disponível	em:

http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquilaLegislação.action >. Acesso em: 03 de fevereiro de
2009.
Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394 de 20 de
dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos
de idade. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquilaLegislação.action >.
Acesso em: 03 de fevereiro de 2009.
Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do arts. 39 a 4 da Lei nº 9.394
de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da outras
providências. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquilaLegislação.action >.
Acesso em: 03 de fevereiro de 2009.
Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20
de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquilaLegislação.action >. Acesso em: 03 de fevereiro de
2009.
OLIVEIRA, R. P. de.; ADRIÃO, T.; MINTO, César Augusto (Org.) [et.al.]. Gestão, financiamento
e direito à educação: analise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2002.
MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Plano estadual
de educação de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: SED/MS, 2004. Disponível em:
http://www.educar.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&show=446 >. Acesso em: 03 de fevereiro
de 2009.
Lei do sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: SED/MS,
2004. Disponível em: http://www.educar.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=1092 >. Acesso em:
03 de fevereiro de 2009.
Resolução/SED nº 2.146, de 16 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a organização curricular e o
regime escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas unidades escolares da Rede Estadual de
Ensino e dá outras providências. Disponível em:
$<\!\!\underline{\text{http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/sed/legased.nsf/db43d98dcb91798304256e600057d}$
8ff/b2da059944354312042573db00611bt42OpenDocument > Acesso em: 03 de fevereiro de 2009

Didática

Objetivos:

Compreender a importância da didática na organização do trabalho pedagógico do professor. Elaborar planos de aulas, planos de ensino, programas de disciplinas de história. Debater os principais problemas enfrentados pelos professores na sala de aula. Fornecer subsídios aos acadêmicos para avaliarem técnicas e materiais didáticos e utilizarem-se desses.

VIEIRA, S. L. Política educacional em tempos de transição (1985 - 1995). Brasília: Plano, 2000.

Ementa:

A didática aplicada ao ensino de História e suas dimensões políticas e sociais. O objeto da didática. Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática. Planejamento de ensino. O ato educativo e as relações professor-aluno. A produção histórica e suas consequências para a educação no ensino fundamental e médio. O livro didático e sua relação com a produção histórica e demais ciências sociais. Aspectos teóricos, metodológicos e recursos didáticos.

Bibliografia básica:

CANDAU, V. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COOL, C. Psicologia e currículo, uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo. São Paulo: Ática, 1998.

DIEHL, A. Antônio. **Apontamentos para uma didática da história**. Passo Fundo: Clio Livros, 2003. FONSECA, S. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

LIBÂNEO. J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História. Ensino de 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

FONSECA, T. N. de L. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Atual, 2003.

GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1995.

HAIDT, R. C. C. Curso de didática geral. São Paulo: Ática, 1995.

MIRANDA, R. S., LUCA, T. R. de. O livro de didático de história hoje: um panorama a partir do PNDL. **Revista Brasileira de História.** v. 24., n. 48. São Paulo, 2004.

PINSKY, Jaime. (org). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1990.

SIMAN, L. M. de C. e FONSECA, Thais Nívia de Lima (orgs). **Inaugurando a história e construindo a nação – discursos e imagens no ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001 SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Autores Associados, 2000.

Filosofia e História da Educação

Objetivos:

Apresentar os fundamentos epistemológicos e históricos da Educação. Expor as principais tendências pedagógicas que influenciaram a educação brasileira. Refletir sobre a realidade educacional brasileira.

Ementa:

Diferentes concepções de educação. As tendências pedagógicas e seus pressupostos epistemológicos e históricos. Ideologia e consecução de fins na educação. História da Educação brasileira.

Bibliografia básica:

ABRÃO, Bernadette S. (org.). **História da filosofia**. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. MANACORDA, M. A. **História da educação:** da antigüidade aos nossos dias. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

NAGLE. J. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania:** quem educa o cidadão? 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

CARVALHO, M. M. C. A escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAUI, M. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 22ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ILLICH, I. Sociedade sem escolas. Tradução de Lúcia M. E. Orth. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1979.

MATE, C. H. **Tempos modernos na escola:** os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru, SP: EDUSC;Brasília, DF: INEP, 2002.

NEILL, A. S. **Liberdade sem medo (Summerhill):** radical transformação na teoria e na prática da educação. Prefácio de Erich Fromm. 17ª edição. São Paulo: IBRASA, 1977.

SACRISTÁN, I. G. & GOMÉZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. Tradução de Ernani F. F. Rosa. Porto Alegre/RS: Artmed, 2000.

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

Informática Aplicada a Educação

Objetivos:

Fornecer uma perspectiva introdutória do uso da informática, explorando-a como ferramenta de produção intelectual e como meio de obter e divulgar informações, visando o desenvolvimento autônomo da aprendizagem e do uso de novas tecnologias.

Introdução à informática: conceitos fundamentais, evolução histórica e aplicações. Elementos de hardware e software e suas formas de interação. Sistemas Operacionais: finalidade, tipos e funções básicas. Princípios de operação local e redes. Internet, mecanismos de pesquisa e incorporação da informação, correio eletrônico, transferência de arquivos. Noções de Softwares Aplicativos: editores de texto, editores de página, editores de apresentação, editores gráficos, gerenciadores de planilhas eletrônicas.

Bibliografia básica:

VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TAJRA, S. F. Informática na educação. São Paulo: Érica, 2002.

MEIRELLES, F. S. Informática: novas aplicações com microcomputadores. SP: Pearson, 2004.

NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books, 1997.

TAJRA, S. F. Internet na Educação: o professor na era digital. São Paulo: Érica, 2002.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, M. G. Fundamentos de Informática – software e hardware. SP: Brasport, 2003.

BENINI FILHO, P. A.; MARÇULA, M. Informática: conceitos e aplicações. SP: Érica, 2005.

CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. História e Informática. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GONICK, L. Introdução Ilustrada à Computação. SP: Harper & Row do Brasil, 1984.

MATTAR NETO, J. A. Metodologia Científica na Era da Informática. SP: Saraiva, 2002.

NASCIMENTO, A. J. Introdução à Informática. SP: McGraw-Hill, 1990.

PAPERT, S. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Objetivo Geral:

Compreender os fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos, linguísticos e legais envolvidos no processo sociocultural e educacional da pessoa com surdez e apropriar-se de conhecimentos básicos relativos à LIBRAS e aos serviços de apoio especializado.

Ementa:

A deficiência auditiva e a surdez. Fundamentos históricos, filosóficos e legais da educação do Surdo. O sujeito surdo e sua cultura. Abordagens metodológicas na educação do surdo: oralismo, comunicação total e bilinguismo. A estrutura da Língua Brasileira de Sinais: sinais básicos. Serviços de Apoio para atendimento das pessoas com surdez: e a mediação do intérprete.

Bibliografia básica:

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. Brasília, DF: SEESP / SEED / MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf - Acesso em:15/10/2009.

FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, L. B (col.). Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília, DF: MEC; 2004.

Bibliografia Complementar:

VILHALVA, Shirley. O Despertar do Silêncio. Rio de Janeiro: Arara Azul. 2012.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue de língua brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. 1 e 2 v.

STROBEL, K. L; Dias, S. M. da S. (Orgs.). Surdez: abordagem geral. Curitiba: FENEIS, 1995.

Skliar, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. GESUELI, Z.; KAUCHAKJE, S,; SILVA, I. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003."

Fundamentos em Educação Inclusiva

Objetivos

Compreender os condicionantes históricos, filosóficos e políticos na constituição da educação especial.

Ementa

Aspectos históricos e filosóficos da educação especial na história da humanidade. História e Políticas da educação especial no Brasil: dos primórdios aos dias atuais. Processos de inclusão /exclusão e suas determinações materiais.

Bibliografia básica;

JANNUZZI, G. S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.inep.gov.br. Acesso em: 19 abr. 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.inep.gov.br. CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados,1985.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação do Conselho Estadual de Educação n. 7828, de 30 de maio de 2005. Educação Escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema Estadual de Ensino. Campo Grande, 2005.

Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental

Objetivos:

Desenvolver habilidades técnicas da docência.

Utilizar estratégias que consideram o homem como agente da História.

Produzir material didático.

Planejar, organizar e executar experiências docentes formais ou alternativas em escolas onde o curso está inserido.

Emanta:

Produção do conhecimento na História e relações com as escolas de Ensino Fundamental. Programa e recursos didático-metodológicos para o ensino básico. Observação de experiências de ensino-aprendizagem.

Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didáticopedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino da História das Américas pré e pósindependência para o nível fundamental.

Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino da história das sociedades pré e pósindustrial para o nível fundamental.

Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didáticopedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino das especificidades da história da sociedade brasileira no contexto das Américas e do mundo moderno e contemporâneo para o nível fundamental.

Bibliografia básica:

CAIMI, Flávia E. **Conversas e controvérsias**: o ensino da história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

CABRINI, Conceição (et all). O ensino de história. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACLAREN, Peter. **A vida nas escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS. História. (5º a 8º). Brasília: MEC/SEF, 1998.

SILVA, Marcos A da. (org.). Repensando a História. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Bibliografia complementar:

APPLE. Michael W. **Conhecimento oficial**: a educação democrática numa era conservadora. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

SILVA, Luiz Heron da. (org). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio

Objetivos

Rediscutir categorias fundamentais para a prática do licenciado em História relacionadas ao ensino e aos conteúdos propostos no ensino médio.

Estudar bibliografias que sirvam de suporte para as reflexões dos acadêmicos nas atividades do ensino de História.

Desenvolver metodologias de ensino que possibilitem uma visão crítica dos conteúdos propostos no ensino médio.

Ementa

Produção do conhecimento na História e relações com as escolas de ensino Médio. Programa e recursos didático-metodológicos para o ensino básico. Observação de experiências de ensino-aprendizagem. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino da História. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino da história das sociedades pré e pós-industrial para o nível médio. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino das especificidades da história da sociedade brasileira no contexto das Américas e do mundo moderno e contemporâneo para o nível médio.

Bibliografia básica:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CAIMI, Flávia E. **Conversas e Controvérsias**: o ensino de História no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

NIKITIUK, Sônia (org.) Repensando o Ensino de História, 3ª ed. São Paulo, Cortez. 2001.

KARNAL, L. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia complementar

BITTENCOURT, Circe. (org.) O Saber Histórico na Sala de Aula. 2ª ed. São Paulo: Contexto; 1998

CAIMI, Flávia E. **Conversas e Controvérsias**: o ensino de História no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Universidade e Humanidades. In. SANTOS, Gislene A. (org.) **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

CONHECIMENTOS de História. In: Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CUNHA, Maria de Fátima. Cantando o Brasil Pós 64. In: **Revista História e Ensino**. Londrina: UEL, v. 2. 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de. Universidade e Estágio Curricular: Subsídios para Discussão. In ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: Pensar e Fazer; 5ª ed. São Paulo: Cortez. 1999.

FERREIRA, Martins. Como usar música em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Selva G. Caminhos da História Ensinada. São Paulo: Papirus, 1995.

MARCONDES, B. et all. **Como usar outras linguagens em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002. MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. Juventude, escola e sociabilidade. In: NAPOLITANO, Marcos. **Como usar cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

NUNES, Clarice. Diretrizes Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.